

ABREU, Bruna Batista. Resenha *An introduction to Forensic Linguistics: language in evidence*, de Malcolm Coulthard & Alison Johnson. *ReVEL*, vol. 12, n. 23, 2014. [www.revel.inf.br].

## **RESENHA DE AN INTRODUCTION TO FORENSIC LINGUISTICS: LANGUAGE IN EVIDENCE, DE MALCOLM COULTHARD & ALISON JOHNSON**

**Bruna Batista Abreu<sup>1</sup>**

brunabatistaabreu@gmail.com

A linguagem é uma ferramenta essencial em praticamente todas as atividades que desenvolvemos diariamente. Dentro da esfera legal, em que tal uso é de importância crucial, o linguista pode desempenhar um importante papel, como demonstrado no livro *An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence* (Introdução à Linguística Forense: Linguagem em Evidência), ainda sem tradução para o português<sup>2</sup>, de Malcolm Coulthard e Alison Johnson. O livro é composto por dez capítulos, distribuídos em duas seções, que abordam os principais aspectos da Linguística Forense. Cada capítulo introduz o respectivo tópico, apresenta exemplos, e, ao final, sugere leituras e perguntas para pesquisa – o que possibilita seu uso como ferramenta didática em cursos.

Precedendo o conteúdo principal, na introdução, os autores descrevem uma breve história da linguística forense, que tem se desenvolvido mais rapidamente e como uma disciplina nos últimos anos. Antes disso, estudos envolvendo aspectos forenses eram conduzidos em outras áreas, tais como “linguística, direito, psicologia, antropologia e sociologia” (p. 6). Entretanto, aproximadamente a partir do ano 2000, surgiram publicações mais específicas sobre linguística forense, apresentando pesquisas sobre a linguagem legal, a interação no tribunal e aspectos do trabalho policial, como a condução de entrevistas. Após tal contextualização, os autores

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Inglês e Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>2</sup> Todas as traduções do livro apresentadas ao longo da resenha são de minha responsabilidade.

explicam a organização do livro. Coulthard escreveu a segunda parte e colaborou em um dos capítulos da primeira parte do livro, escrita por Johnson. É então sugerido ao leitor, de maneira divertida, o exercício de identificar onde se encontra tal contribuição escrita de Coulthard – para exercitar-se a identificação de autoria.

A primeira parte, intitulada “A linguagem do processo legal” (*The language of the legal process*), é voltada para o aspecto da particularidade e da complexidade dos textos jurídicos. Apresenta-se, com o uso de exemplos, de que forma abordar textos forenses e que ferramentas e teorias linguísticas podem auxiliar nas análises textuais, tais como a teoria dos esquemas, as análises quantitativas, o princípio cooperativo de Grice e a teoria dos atos de fala. A utilização dos textos (dois extraídos de um julgamento real e um de um episódio da série da BBC, “Little Britain”) é de grande ajuda para exemplificar de que forma as análises podem ser efetivamente realizadas e demonstrar as práticas de interação mais comuns no contexto da corte.

No capítulo seguinte, os autores descrevem as principais características dos textos jurídicos, bem como os possíveis motivos que originaram sua complexidade. Tal característica torna esses textos menos acessíveis para aqueles que não têm conhecimento dos termos utilizados, embora existam “debates sobre a necessidade da linguagem legal”<sup>3</sup> (p. 50), sendo que alguns estudiosos sugerem que há necessidade de se utilizar vocábulos mais específicos nos gêneros textuais que circulam no contexto jurídico. Os autores, então, sugerem que, enquanto tal discussão não é resolvida, é importante que pesquisadores da área tomem conhecimento das peculiaridades de tal linguagem.

No terceiro capítulo, o conceito de gênero textual é trazido, e, mais especificamente, explora-se a noção de gêneros legais, que possuem determinadas configurações por conta das “práticas comunicativas que utilizam e as funções a que servem nos contextos legais e mundiais”<sup>4</sup> (p. 68). Em seguida, as práticas de entrevista e as interações na corte são descritas, novamente com a utilização de exemplos em situações reais.

O capítulo 4 trata de textos produzidos durante a coleta de evidências, mais especificamente, chamadas para o serviço de emergência e primeiras entrevistas com vítimas e suspeitos. Esse aspecto da linguística forense é de extrema relevância, pois o uso adequado da linguagem nessas situações é um fator determinante para o

---

<sup>3</sup> “There is some debate about the need for legal language”.

<sup>4</sup> “Legal genres are the way they are because of the communicative practices that they employ and the functions that they serve in legal and world contexts”.

encaminhamento das investigações. Em se tratando de vítimas vulneráveis (como crianças e vítimas de violência sexual), o trabalho torna-se ainda mais delicado e desafiador. Os autores apresentam aspectos estruturais da prática da entrevista e sugerem outras leituras para se aprofundar no tema.

O último capítulo da primeira parte, intitulado “Ordem na corte” (*Order in court*), aborda os aspectos da interação dentro do referido contexto. Tal interação é constituída por uma série de estágios estritamente demarcados. Os autores observam que “a natureza altamente ordenada e, ao mesmo tempo, fragmentada da interação na corte torna tal contexto um rico campo para estudos linguísticos<sup>5</sup>” (p. 116).

Ao concluir a primeira parte do livro e dar início à segunda, os autores estabelecem a seguinte transição: “deixamos a linguagem que caracteriza o processo legal para investigar a linguagem que é usada como evidência [...] cuja análise do discurso é utilizada em relatórios de *experts* para desvendar o que pode ter acontecido”<sup>6</sup> (p. 116).

Na parte intitulada “Linguagem como evidência” (*Language as evidence*), demonstra-se a possibilidade de ajudar a solucionar casos jurídicos valendo-se de conhecimentos linguísticos. No sexto capítulo, apresenta-se um pouco do que constitui o trabalho do linguista forense, que precisa considerar as dimensões fonéticas, morfológicas, sintáticas, lexicais e pragmáticas. É trazido o exemplo das inconsistências em notas policiais e a dificuldade de lidar com diferentes versões, extraídas dos envolvidos em um mesmo caso. Também são analisadas as dificuldades que falantes não nativos, muitas vezes, enfrentam nessas situações, quando não se tem acesso a intérpretes devidamente qualificados.

O capítulo 7 aborda o trabalho do foneticista forense e do examinador de documentos. A função que o primeiro profissional desempenha inclui “todos os aspectos das evidências verbais<sup>7</sup>” (p. 144), como a precisão das transcrições e a identificação da região geográfica e da classe social do falante. A respeito do examinador de documentos, cabe a este, por exemplo, o trabalho de identificar autenticidade de assinaturas. Nesse capítulo, são relatados alguns casos que auxiliam a compreender como esses (difíceis) trabalhos são desempenhados.

---

<sup>5</sup> “The highly ordered, yet fragmented nature of talk makes the courtroom a rich linguistic domain for study”.

<sup>6</sup> “We move from the language that characterizes the legal process to look at language which is used as evidence [...] and where discourse analysis is employed in expert reports and evidence to uncover what might have happened”.

<sup>7</sup> “All aspects of speech as evidence”.

Nos capítulos 8 e 9, são abordados aspectos relacionados à atribuição de autoria e plágio. Demonstra-se como o conhecimento sobre identidade linguística pode auxiliar na investigação de casos envolvendo, por exemplo, mensagens de texto, depoimentos e cartas. Os autores argumentam que, com o desenvolvimento de diversas ferramentas e o avanço dos estudos linguísticos, a identificação de autoria tem se tornado cada vez mais consistente. Em relação ao plágio, é trazida uma abordagem histórica (e crítica) sobre este, bem como uma contextualização do fenômeno entre alunos e nas universidades. Em seguida, exemplos de ocorrências nos contextos universitário/escolar e judicial são apresentados de modo a demonstrar, com exemplos reais, a complexidade desse tema.

Por fim, o último capítulo, cujo título pode ser traduzido como “O linguista como perito” (*The linguist as expert witness*), os autores oferecem conhecimentos advindos de suas experiências prévias na atuação de casos forenses. Um aspecto importante que deve ser considerado ao se pronunciar a respeito dos casos analisados é escolher a maneira mais adequada de expressar a opinião – se há maior ou menor certeza sobre a precisão da evidência.

*An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence* introduz as mais diversas linhas de pesquisa dentro da linguística forense de uma forma clara e objetiva, apresentando de que forma o trabalho pode se desenvolver dentro de cada uma delas. Trata-se de um livro que oferece possibilidade de aplicação didática, além de proporcionar um panorama dos estudos na área com exemplos de aplicação. Portanto, os objetivos de

proporcionar uma visão mais aprofundada sobre a linguagem do processo legal [e] exemplificar de que forma a linguagem e a análise desta, realizada pelo linguista forense, podem proporcionar evidências significativas tanto para a acusação, quanto para a defesa em casos civis e criminais<sup>8</sup> (p. 215).

encontram-se satisfatoriamente atendidos no volume. Ainda assim, cada leitor é convidado a fazer seu próprio julgamento.

COULTHARD, Malcolm.; JOHNSON, Alison. *An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence*. London: Routledge, 2007.

<sup>8</sup> “To give you a much deeper insight into the language of the legal process [and] to exemplify how language and the forensic linguist’s analysis of it can be significant evidence used by both prosecution and defence in criminal and civil trials”.